... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A. - CNPJ/MF n° 35.593.905/0001-05

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2019 (início do prazo da concessão em 20 de janeiro de 2020, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 14 de novembro de cada ano. Prazo de vigência: 19 de janeiro de 2050. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses: (i) por até 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe; ou (ii) por até 2 (dois) anos, nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato. O prazo do contrato poderá ser estendido, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R$214.979 (R$338.347 em 31 de dezembro de 2022) não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 14 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	561.914	633.321
Conservação especial (manutenção)	1.558.791	1.589.123
Equipamentos	48.483	68.652
Total	2.169.188	2.291.096

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações (a)	31/12/2024	BTG/TOO	148.595
			148.595

16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	5	5
(+/-) Complemento de provisão	403	76	479
(-) Pagamentos	(37)	(15)	(52)
(+) Atualização monetária	26	17	43
Saldos em 31 de dezembro de 2023	392	83	475
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	14	-	14
(+/-) Complemento de provisão	22	16	38
(-) Pagamentos	(41)	(12)	(53)
(+) Atualização monetária	5	1	6
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	5	5

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R$50.744 em 31 de dezembro de 2023 (R$17.640 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023 existem outros processos de mesma natureza que totalizam R$1.548 (R$1.170 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R$622.407, representados por 622.406.625 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$6.270 (R$3.978 em 31 de dezembro de 2022). c) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R$70.523 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R$18.509 dividendos adicionais propostos do exercício de 2022; (ii) R$12.585 juros sobre o capital próprio remanescentes do exercício de 2022; (iii) R$27.613 dividendos intermediários do exercício de 2023; e (iv) R$11.816 juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R$14.778 contabilizados). O saldo de R$2.962, registrado na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	45.838	47.904
Reserva Legal (5%)	(2.292)	(2.395)
Base de cálculo dos dividendos	43.546	45.509
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(27.613)	(2.560)
Juros sobre o capital próprio	(14.778)	(24.440)
Dividendos adicionais propostos (a)	(1.155)	(18.509)

(a) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

18. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	32.913	37.784
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	134.937	107.947
Vale-pedágio	34.991	28.909
Outras	92	148
	202.933	174.788
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção (b)	214.979	338.347
Receita acessórias (c)	14	8
Receita bruta	417.926	513.143
Deduções da receita bruta	(16.722)	(14.205)
Receita líquida	401.204	498.938
	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	202.933	174.788
Receitas acessórias	14	8
	202.947	174.796
Deduções		
Cofins (3%)	(6.088)	(5.244)
PIS (0,65%)	(1.319)	(1.136)
ISS (2% a 5%)	(9.247)	(7.787)
Abatimentos	(68)	(38)
	(16.722)	(14.205)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	17.745	18.191
Conservação e manutenção	21.038	17.992
Serviços de terceiros (a)	27.749	26.033
Seguros	975	785
Poder Concedente (Nota 15)	5.173	4.323
Provisão para manutenção (Nota 14)	11.923	17.416
Custo de construção de obras	214.979	338.347
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	26.223	17.474
Locação de imóveis e máquinas	384	1.729
Outros custos e despesas operacionais	6.603	5.829
	332.792	448.119
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	317.069	433.426
Despesas gerais e administrativas	15.723	14.693
	332.792	448.119

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	17.856	15.812
Outras receitas financeiras	25	88
	17.881	15.900
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 11)	(31.468)	(7.520)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 11)	(6.936)	
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 11)	(1.820)	(135)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 16)	(43)	(6)
Juros capitalizados	19.227	1.516
Ajuste a valor presente sobre previsão para manutenção (Nota 14)	(1.979)	(626)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	782
Juros sobre arrendamentos- CPC06 (R2) (Nota 12)	(1.036)	(581)
Outras despesas financeiras	(504)	(486)
	(24.559)	(7.056)
Resultado financeiro, líquido	(6.678)	8.844

21. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico: O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	45.838	47.904
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	622.407	622.407
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,07	0,08

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	657.516	202.850
Disponibilidade (b)	(229.676)	(104.821)
Dívida líquida	427.840	98.029
Patrimônio líquido (c)	626.832	644.894
Índice de endividamento líquido	0,68	0.15

(a) A dívida é definida como passivo de arrendamento, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 11, 12 e 15. (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundo de investimento, remuneradas à taxa média ponderada de 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes, Fornecedores e Risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa(a)	229.676	229.676
Clientes (b)	15.321	15.321
Aplicações financeiras (a)	74.973	74.973
Passivos:		
Fornecedores (b)	31.908	31.908
Debêntures (c)	641.899	648.678
Passivo de Arrendamento (c)	15.232	16.808
Obrigações com Poder Concedente (c)	385	385

(a) Os saldos de caixa e equivalente de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores", possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As debêntures, passivo de arrendamento e as obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.
Verificação de conformidade no ITI, acesse o link: https://validar.iti.gov.br/

GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Assinado de forma digital por GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Dados: 2024.03.13 20:26:40 -03'00'

PÁGINAS AUDITADAS
ICP Brasil
ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Esta publicação foi feita de forma 100% pela empresa Diário de Uberlândia em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link:
https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal